

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 999.140 - SC (2016/0269978-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : OSNI ORLANDO COSTA
ADVOGADO : JULIANE GONZAGA SCOPEL - SC031633
AGRAVADO : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : LUIZ AUGUSTO MOOJEN DA SILVEIRA - SC043964
BRUNA ROITMAN IASNOGRODSKI - SC043971
CAROLINA BARTH DOS SANTOS DA SILVEIRA - SC049919

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por OSNI ORLANDO COSTA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fl. 307):

"APELAÇÕES. CÍVEIS. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO DE VIDA. AÇÃO DE COBRANÇA. PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECURSO DA SEGURADORA. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA INDIVIDUAL. PRETENSÃO DO SEGURADO AO PAGAMENTO INTEGRAL DO SEGURO. INVIABILIDADE. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INVALIDEZ PARCIAL DO OMBRO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PROPORCIONAL AO GRAU DA REDUÇÃO FUNCIONAL CONSTATADA EM PERÍCIA. LEGALIDADE DA LIMITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO AO GRAU DE INVALIDEZ DO SEGURADO. SENTENÇA REFORMADA. ÔNUS SUCUMBENCIAL REDISTRIBUIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. INSURGÊNCIA DO SEGURADO. DATA DE INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO PREJUDICADO."

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 423 do Código Civil, além dos arts. 6º, III, 46 e 47 do Código de Defesa do Consumidor, ao argumento, entre outros, que não foi devidamente informado acerca das condições do contrato ou de como o valor da apólice seria modificado de acordo com o grau de invalidez entabulado pelas Circulares da SUSEP, de tal forma que as cláusulas devem ser declaradas nulas.

Contrarrazões às fls. 422-425.

É o relatório. Decido.

Cumpra observar que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado publicado já na vigência do CPC de 2015, aplicando-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O recurso em apreço não merece prosperar.

Com efeito, ao apontar violação ao art. 423 do CC, além dos arts. 6º, III, 46 e 47 do CDC, o recorrente sustenta que não foi informado acerca das condições do contrato ou de como o valor da apólice seria modificado de acordo com o grau de invalidez entabulado pelas Circulares da SUSEP, de tal forma que as cláusulas devem ser declaradas nulas. Por sua vez, o TJ-SC, com arrimo no acervo fático-probatório, assim dirimiu a controvérsia (310-313):

"Conforme relatado na inicial (fls. 2-14), em 20.12-2011 o autor foi vítima de acidente automobilístico que resultou em fratura na escápula esquerda.

Instaurado o procedimento administrativo; (fls. 111-120), a seguradora apurou que a invalidez foi parcial (fl. 111) pagou, a título de indenização, a quantia de R\$ 3.179,47. Ressalte-se que, o valor integral do capital/segurado considerado pela seguradora no momento do pagamento foi de R 31.794,73 (fl. 112), sendo que tal valor deve servir de base para a fixação da indenização.

Embora o Juiz tenha entendido que a partes autora fazia jus ao recebimento da integralidade do capital segurado, em razão da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso, afastando a incidência das cláusulas limitativas, tem-se que tal não é a melhor solução encontrada.

A perícia judicial realizada pelo Dr. Norberto Rauen (fls. 156-161) consignou que a invalidez que acometeu o autor não foi total) mas sim parcial, de leve repercussão para o ombro esquerdo (fl. 161).

Nesse ponto, necessário ressaltar que o laudo técnico conteve algumas contradições, pois, ao mesmo tempo em que afirmou que não houve debilidade funcional, perda de força ou restrição dos movimentos do membro superior esquerdo do autor (fl. 157 - quesitos 2 e 3, apresentados pelo autor), também concluiu que as sequelas permanentes verificadas grau de comprometimento de 10% do ombro esquerdo (fl conclusão) correspondem a um 161 - discussão e conclusão).

Em observância aos preceitos da legislação consumerista, bem como à verificação efetuada pela ré administrativamente que concluiu pela existência de sequelas parciais permanentes no autor (fl. 111), adota-se a conclusão final do perito, ou seja, de que as lesões permanentes existem e comprometem 10% da funcionalidade do ombro do autor.

Assim, denota-se que apesar de o autor ter sofrido sequelas permanentes, as mesmas foram parciais, de baixa repercussão, com redução funcional de 10% para o ombro esquerdo (fl. 161 - discussão e conclusão).

Portanto, não há dúvidas de que a incapacidade sofrida pelo autor deve ser considerada irreversível, porém parcial.

(...)

Da leitura do ajuste celebrado (fls. 68-74), observa-se que existe previsão expressa de pagamento proporcional ao grau de invalidez sofrida.

É o que se extrai do estabelecido nas. Condições Gerais da Apólice, que trata das coberturas do seguro (fl. 73):

(...)

Portanto, considerando-se a clara disposição contratual pactuada entre a parte ré e a estipulante, que atende aos ditames da legislação consumerista, não se pode falar em pagamento integral de indenização por invalidez dal permanente, por não ser esta a situação comprovada nos autos.

(...)

O fato de eventualmente o trabalhador desconhecer as minúcias do contrato de seguro de vida individual que firmou, livremente, com a seguradora, não possibilita que lhe seja concedida indenização de 100% sobre o capital segurado, porquanto inexistente ilegalidade na cláusula contratual que limita a indenização à graduação da invalidez que, in casu, restou devidamente aferida por perícia médica.

É que embora aplicável o Código de Defesa do Consumidor, já que típica relação de consumo, não se extrai do contrato em questão qualquer cláusula dúbia ou potestativa, a justificar a aplicação dos artigos 46 e 47 da legislação consumerista.

Ademais, na contratação da apólice (fl. 108) consta expressamente, em relação ao segurado contratante:

(...)

Logo abaixo, foi aposta a assinatura do autor. Assim, ao que tudo indica, tomou o autor conhecimento de todas as cláusulas contidas no contrato, inclusive aquelas exibidas nas condições gerais, pois por ele expressamente

reconhecido." (grifou-se)

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que o Tribunal de origem concluiu que não consta do contrato qualquer cláusula dúbia ou potestativa a justificar a aplicação dos arts. 46 e 47 do CDC. Consignou, ainda, que o recorrente tomou conhecimento de todas as cláusulas contidas no contrato, inclusive aquelas exibidas nas condições gerais, pois por ele expressamente reconhecido.

Dessa forma, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal *a quo* ensejaria o revolvimento do suporte fático-probatório e análise de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõem as Súmulas de n. 7 e 5 do STJ. Nessa linha de inteligência, confirmam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS. CLÁUSULAS LIMITATIVAS. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA. FALTA DE ASSINATURA DA CONTRATANTE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DEVER DE INFORMAÇÃO SOBRE CLÁUSULA RESTRITIVA. SÚMULA 83 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Para infirmar a conclusão do aresto estadual, acerca da não comprovação de que o beneficiário tinha ciência de limitação contratual, seria imprescindível o reexame de provas e a análise das cláusulas contratuais, o que é inadmissível nesta instância extraordinária, sob pena de incidirem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

(...)

3. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1428250/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 27/06/2019 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. NEGATIVA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO. FALHA NO DEVER DE INFORMAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS NÃO EVIDENCIADA. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS FÁTICAS. INVIABILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A eg. Corte de origem concluiu que não houve falha no dever de informação das cláusulas contratuais que previam a redução percentual da indenização nos casos de incapacidade parcial,

bem como ficou assentado no acórdão recorrido que o segurado teve prévia ciência do conteúdo dos limites do contrato de seguro. Rever tal entendimento, no caso em exame, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório e análise de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõem as Súmulas 5 e 7 do STJ, aplicáveis a ambas as alíneas do permissivo constitucional.

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1176372/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 05/06/2019 - grifou-se)

Por fim, tem-se que o entendimento atual desta Corte é no sentido de que a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

A propósito, vide o seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MATERIAIS. RESPONSABILIDADE. ALTERAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

3. É impossível conhecer da alegada divergência interpretativa, pois a incidência da Súmula 7 do STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1237811/MG, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018 - grifou-se)

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 10% para 11% sobre o valor da causa, observando eventual concessão do benefício de gratuidade de justiça.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator